



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 1581 /x (4.ª)

Expeça-se
Publique-se
12 13 10009
O Secretário da Mesa
<i>[Handwritten Signature]</i>

Assunto: **Instabilidade e desmotivação no sector da educação**

Destinatário: **Ministra da Educação**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Em reunião de trabalho realizada no passado dia 9-3-09 na Escola EB 2,3/ES de S. Sebastião, de Mértola, manifestaram docentes da referida escola profundas preocupações com a instabilidade e a desmotivação que a política do Governo para a área da educação tem vindo a gerar na comunidade escolar, em particular entre o seu corpo docente, bem como com os impactos negativos que essa instabilidade e desmotivação terão inevitavelmente em todo o processo educativo.

Entre as muitas questões levantadas sublinhe-se o sistema de avaliação considerado inaceitável, lançado de forma precipitada e sem o suficiente envolvimento dos interessados.

Outra das grandes questões suscitadas são as alterações resultantes da transferência do pessoal auxiliar para as autarquias e o risco desnecessário de conflitualidades resultantes da complexidade que esta nova situação gera na relação Escola-Funcionários-Câmara Municipal.

A flagrante carência de trabalhadores auxiliares de forma a assegurar o normal funcionamento das escolas e o seu suprimento, sobretudo no pré-escolar e 1º ciclo, através do recurso precário a pessoas inscritas no Centro de Emprego, muitas das vezes sem o perfil adequado à função; a carência de assistentes sociais e de psicólogos; os rácios impraticáveis na relação funcionários-alunos em que é dado o exemplo de para 96 miúdos serem considerados apenas 2 funcionários quando mesmo com os 5 efectivamente existentes são muitas as dificuldades sentidas; os horários impraticáveis do pré-escolar sem haver reforço de recursos humanos, em que é dado o exemplo de Santana de Cambas cujo início se aponta para as 9,30 h quando é sabido que muitos pais, mesmo entrando no emprego às 9 h, têm que fazer a entrega das crianças no máximo às 8,30 h só os indo buscar cerca das 18 horas o que impõe obrigatoriamente uma sobrecarga de horários pois apenas conta com 2 funcionários; foram questões que estiveram igualmente presentes no decurso da reunião.



A ausência de autonomia efectiva da escola e o sentimento de que a única preocupação do Governo é transferir os problemas para baixo ao mesmo tempo que centraliza as decisões foi outra das questões colocadas e que o Governo não pode ignorar.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Exa., **à Senhora Ministra da Educação**, resposta às seguintes perguntas:

1. *Tem o Governo consciência dos prejuízos que a sua política está a provocar no sistema educativo?*
2. *Que resposta tem o Governo para os problemas referidos?*
3. *Não acha o Governo que é tempo de começar a governar e assumir uma política educativa assente no diálogo com todos os interessados de modo a deixar de ser um factor de instabilidade e desmotivação nas escolas?*

Palácio de São Bento, 12 de Março de 2009.

O Deputado,

José Soeiro